

## Clipping n° 683

, 09 Novembro 2010 - 11:56:35

### Faturamento da indústria cresce 11,3% no acumulado do ano

O faturamento real da indústria acumula alta de 11,3% de janeiro a setembro deste ano, em relação ao mesmo período de 2009. Em relação a setembro de 2008, período anterior à crise, quando foi registrado o recorde histórico, o faturamento industrial avançou 3,5%. Segundo a CNI, houve crescimento de 5,3% no número de vagas de trabalho, na comparação do acumulado de 2010 com o ano passado. Fonte: Agência Sindical

### Químicos do ABC aprovam reajuste de 8% nos salários

Os trabalhadores do setor químico do Grande ABC aprovaram, na sexta-feira (5), a proposta patronal de reajuste salarial de 8%. O reajuste equivale a aumento real de 2,82%, considerando o INPC acumulado de 5,04% até a data-base, em 1º de novembro. A assembleia também definiu reajustes no Piso salarial e na Participação nos Lucros e/ou Resultados (PLR). Segundo o Sindicato dos Químicos do ABC, os valores garantem os maiores aumentos reais na história dos trabalhadores químicos da região, permitindo que a categoria acumule um ganho real nos salários de 15,5% no período entre 2000 e 2010. Reajustes - 8% no salário até o teto de R\$ 6.276,71. Acima desse valor, fixo de R\$ 502,14; reajuste de 9,2% no Piso salarial, passando de R\$ 815,00 para R\$ 890,00 (o que equivale a 3,96% de aumento real); reajuste de 10% no valor mínimo da PLR, passando de R\$ 600,00 para R\$ 660,00 (4,72% de aumento real). Fonte: [www.quimicosabc.org.br](http://www.quimicosabc.org.br)

### Plano de saúde: novas regras beneficiam dependentes em caso de morte do titular

SÃO PAULO A ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) publicou, na última quinta-feira (4), a Súmula Normativa número 13, que determina que os dependentes têm direito de continuar no plano de saúde, em caso de morte do titular. O objetivo da medida, conforme nota divulgada pela agência, é impedir que, após o término do período de remissão, o plano familiar seja extinto, deixando os dependentes sem assistência.

É comum em alguns contratos de planos de saúde - tanto anteriores à regulamentação do setor, quanto posteriores constarem cláusulas sobre remissão, que é a continuidade do atendimento aos dependentes após a morte do titular, por períodos que variam entre três e cinco anos, sem cobrança de mensalidades. Passado esse prazo, algumas operadoras cancelam o plano e os dependentes ficam sem assistência.

### Defesa do consumidor

Com a nova regra, os dependentes assumem o pagamento das mensalidades e têm garantido o direito de manutenção do plano nas mesmas condições contratuais.

Para o Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor), a medida é positiva e representa um avanço na atuação da ANS, sobretudo no que diz respeito aos planos de saúde antigos, também beneficiados com as novas regras.

Além de formalizar um direito que já vinha sendo reconhecido pela Justiça, a norma representa um avanço na atuação da ANS com relação aos contratos antigos, os quais a agência reluta em regular, avalia a advogada do instituto, Juliana Ferreira.

#### **Proteja-se**

Para se proteger de possíveis problemas no futuro, o Idec recomenda que, ao pleitear a manutenção da prestação do serviço de assistência médica com a operadora, o contato seja feito por escrito e protocolado, para que o usuário tenha uma prova da solicitação.

Caso o consumidor tenha dificuldades e não consiga resolver o seu problema, a entidade informa que ele pode recorrer ao órgãos de defesa do consumidor, à ANS e, em último caso, ao Poder Judiciário. Fonte: Ifomoney

#### **Alimentos continuam a pressionar a inflação**

O Índice do Custo de Vida - ICV - calculado pelo DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - em outubro foi de 0,93%, com alta de 0,40 pontos percentuais (pp.) em relação a setembro (0,53%). O grande responsável pela alta foi o grupo Alimentação, o qual, em setembro, apresentou aumento de 1,03% e, em outubro, sua taxa foi acrescida de 1,44 pp. atingindo a cifra de 2,47%.

Neste mês, todas as taxas por estratos de renda, são superiores às de setembro e continuam a manter forte correlação negativa com o poder aquisitivo das famílias: 1º estrato (1,18%), 2º estrato (1,08%) e menor para o 3º (0,79%).

Além da Alimentação, a maior alta foi detectada no Transporte (1,07%), os demais grupos apresentaram taxas inferiores à inflação, tais como: Habitação (0,55%), Educação e Leitura (0,13%) e Vestuário (0,18%); e outros, taxas próximas a zero. Apenas a Saúde (- 0,52%) apontou deflação em seus valores. (Tabela 1 e Gráfico 1)

A taxa da Alimentação (2,47%) foi muito acentuada, contribuindo com 0,69 pp. no cálculo da inflação. Os subgrupos que mais aumentaram seus valores foram: produtos in natura e semielaborados (4,06%) e produtos da indústria alimentícia (1,62%), os quais agravaram o resultado do ICV de outubro em 0,66 pp. A alimentação fora do domicílio (0,62%) foi o subgrupo com a menor variação em seus preços.

**Inflação Acumulada** - Nos últimos 12 meses, de novembro de 2009 a outubro de 2010, o ICV apresentou alta de 5,85%. Ao se considerar os diferentes estratos, as taxas anuais são decrescentes com a renda familiar: 1º (6,37%), 2º (6,16%) e 3º (5,58%).

Neste ano, a inflação acumulada é de 5,14%, as taxas por estrato apontaram comportamento semelhante à taxa anual, ou seja, decrescente com o poder aquisitivo: 1º (5,76%), 2º (5,51%) e 3º (4,81%).

**Inflação anual dos Alimentos** - Desde o início de 2010, de janeiro a maio, os alimentos pressionaram a inflação, com alta de 5,24%. No trimestre de junho a agosto sua taxa caiu acentuadamente, apresentando deflação da ordem de -1,57%. Porém, nos meses que se seguiram, setembro e outubro, os preços dos alimentos voltaram a subir de forma significativa, atingindo uma inflação no bimestre de 3,53%. Fonte: DIEESE

#### **Estimativa de analistas para a inflação oficial chega a 5,31%, na oitava alta consecutiva**

Brasília - Analistas do mercado financeiro consultados pelo Banco Central (BC) elevaram a estimativa para a inflação oficial este ano pela oitava semana seguida. A projeção para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) agora passou de 5,29%

para 5,31%. Para 2011, permanece em 4,99%.

As estimativas estão acima do centro da meta de inflação de 4,5%. Essa meta tem margem de 2 pontos percentuais para mais ou para menos. O BC usa como instrumento para controlar a demanda por produtos e serviços a taxa básica de juros, a Selic, que, na avaliação dos analistas, deve permanecer em 10,75% ao ano até o final de 2010. Para o fim de 2011, a projeção foi mantida em 11,75% ao ano. O boletim Focus, divulgado hoje (8) pelo Banco Central, também traz a expectativa para o Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna (IGP-DI). A estimativa para esse índice, passou de 9,89% para 9,94%, neste ano. Para 2011, oscilou de 5,17% para 5,18%.

A projeção para o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) oscilou de 10% para 10,05%, em 2010. A estimativa para esse índice em 2011 passou de 5,24% para 5,30%.

A projeção para o Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (IPC-Fipe), neste ano, foi ajustada de 5,49% para 6,02%. Para 2011, a estimativa permaneceu em 4,71%.

A expectativa dos analistas para os preços administrados permaneceu em 3,50%, em 2010, e passou de 4,70% para 4,60%, em 2011. Os preços administrados são aqueles cobrados por serviços monitorados, como combustíveis, energia elétrica, telefonia, medicamentos, água, educação, saneamento, transporte urbano coletivo, entre outros. Fonte: Agência Brasil

#### **Paim quer aumento real para o mínimo e fim do fator previdenciário**

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu, na quinta-feira (4), que o valor a ser fixado para o salário mínimo de 2011 tenha aumento real. Continuando defendendo que o salário mínimo, que vai subir no dia 1º de janeiro próximo, seja corrigido pela inflação deste ano mais um aumento real. Também vou lutar para que o mesmo índice seja aplicado às aposentadorias com valor superior ao salário mínimo, afirmou.

O senador também prometeu continuar sua luta para derrubar no Congresso o chamado fator previdenciário, que reduz em quase a metade o valor das aposentadorias do INSS na hora da sua concessão. Em discurso na tribuna, ele assegurou que não vai recuar nenhuma vírgula na luta contra o fator.

Votações - Paim lembrou que ainda tramita na Câmara projeto com essa finalidade. Além disso, os congressistas também terão de examinar veto que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez ao Projeto de Conversão da MP 475/09, aprovado pelo Congresso, que acabava com o fator previdenciário no dia 31 de dezembro deste ano. Fonte: Agência Senado

#### **Jorge Caetano Fermino**